

1º bimestre – Sequência didática 1**Revolução Inglesa e Iluminismo**

Duração: 3 aulas

Referência do Livro do Aluno: Unidade 1, Capítulo 1

Relevância para a aprendizagem

Esta sequência didática tem por principal objetivo fazer com que os alunos compreendam o processo que levou à Revolução Gloriosa de 1688. Em um segundo momento, espera-se que os alunos compreendam que a Declaração de Direitos de 1689 foi resultado da vitória do Parlamento sobre o rei e que constitui um dos documentos fundamentais para a atual democracia no Reino Unido. Nesta sequência didática, os alunos farão uma visita virtual ao Palácio de Westminster, além de analisarem a Declaração de Direitos de 1689.

Objetivo de aprendizagem

- Contextualizar as condições que contribuíram para a Revolução Gloriosa e analisar seus desdobramentos.

Objetos de conhecimento e habilidades (BNCC)

Objetos de conhecimento	Habilidades
As revoluções inglesas e os princípios do liberalismo.	(EF08HI02) Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa.

1º bimestre – Sequência didática 1**Desenvolvimento****Aula 1 – Iluminismo e Revolução Inglesa**

Duração: cerca de 45 minutos

Local: sala de aula

Organização dos alunos: em fileiras

Recursos e/ou material necessário: projetor multimídia, caderno, lápis, caneta e borracha. Caso não tenha à disposição um projetor multimídia, disponibilize outra forma de apresentação das imagens.

Materiais de referência:

- Imagem da capa da edição de 1651 do livro de Thomas Hobbes, *O Leviatã*. Disponível em: <<http://www.libertylawsite.org/2016/09/13/taking-on-leviathan/>>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- Pintura de Daniël Mijtens representando Carlos I. Disponível em: <<http://www.metmuseum.org/art/collection/search/437090>>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- Imagens de John Pym lendo uma carta na Câmara dos Comuns e do coronel Thomas Lunsford e seus soldados atacando os londrinos. Disponível em: <http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details/collection_image_gallery.aspx?assetId=1263550001&objectId=3482590&partId=1>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Aula expositiva: Levantamento dos conhecimentos prévios (10 minutos)

Faça um breve levantamento diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos para a realização desta sequência didática, perguntando: ainda existem países que possuem reis e rainhas? Se sim, quais? Quem governa a Inglaterra? Como as leis são feitas na Inglaterra? O que é o Big Ben?

Escute os alunos e comente as observações feitas. Deixe claro que atualmente existem muitos países que são monarquias, ou seja, que possuem rei e rainha. Espanha, Japão, Suécia e Inglaterra são alguns exemplos de monarquias atuais. Explique que houve um período em que os reis tinham poderes absolutos, ou seja, podiam fazer leis, criar impostos, prender qualquer pessoa, entre muitas outras coisas. Na Inglaterra do século XVII, contudo, houve uma luta pela diminuição do poder real e o fortalecimento do Parlamento, instituição em que se encontram os membros eleitos pelo voto do povo. Peça aos alunos que registrem no caderno o que for exposto na aula. Ao final da aula, esses registros serão conferidos.

Aula expositiva: Revolução Inglesa e Iluminismo (35 minutos)

Muitos pensadores europeus do Período Moderno, como Bossuet e Jean Bodin, defenderam o poder centralizado nas mãos dos monarcas, e muitos deles defendiam inclusive a teoria do “direito divino dos reis”, ou seja, a ideia de que os reis eram representantes de Deus na Terra e que era pela vontade de Deus que eles governavam. Entre esses pensadores estavam Thomas Hobbes, autor de *O Leviatã*, Nicolau Maquiavel, escritor de *O príncipe*, e Jacques Bossuet, autor de *Política segundo a sagrada escritura*. Projete a capa da edição de 1651 do livro *O Leviatã*. Na imagem, o governo é representado como um gigante, um leviatã. Em sua cabeça, aparece a coroa, símbolo da monarquia, sistema do qual Hobbes era defensor. Em uma mão, o gigante segura uma espada, o símbolo da segurança, pois só um Estado centralizado poderia ter um exército nacional capaz de defender o povo. Na outra mão está o cetro, outro símbolo do poder real. Observe que a roupa do leviatã é feita de

1º bimestre – Sequência didática 1

seres humanos. Para Hobbes, o poder absoluto era tanto da vontade do povo quanto de Deus. O leviatã está acima do reino e o observa como um todo.

O auge do absolutismo na Inglaterra ocorreu na dinastia Tudor, principalmente nos governos de Henrique VIII e de sua filha, Elizabeth I. Henrique VIII casou-se seis vezes e ordenou a decapitação de duas esposas. Ordenou, ainda, a decapitação de ex-ministros e amigos, como Thomas More (autor de *A Utopia*) e o cardeal católico Thomas Wolsey. Quando teve o pedido de anulação do casamento com Catarina de Aragão negado pelo papa, Henrique VIII rompeu com a Igreja católica. Dessa forma, ele promoveu a Reforma protestante inglesa, criando a Igreja anglicana e tornando-se a maior autoridade da nova Igreja. Seus filhos, Eduardo VI e Maria I, fizeram governos breves. Elizabeth I assumiu o trono no lugar de Maria I e foi também uma monarca centralizadora e autoritária. Em 1588, venceu a “invencível armada”, frota militar espanhola que tentou invadir a Inglaterra. Após a morte de Elizabeth I, que não deixou descendentes, subiu ao trono Jaime I, de uma nova dinastia, a dinastia Stuart. O governo de Jaime I foi marcado por lutas com o Parlamento, dissolvido por ele três vezes. Boa parte de seu governo ocorreu sem a presença do Parlamento. Com a morte de Jaime I, assume o trono Carlos I. Projete a pintura de Daniël Mijtens representando Carlos I, encomendada pelo próprio monarca. Pergunte aos alunos o que eles percebem de semelhanças e diferenças em relação à imagem anterior. Mostre que os mesmos símbolos que apareceram na imagem do leviatã – a espada, a coroa e o cetro – aparecem nessa pintura.

Carlos I governou muitos anos sem o Parlamento, mas, por contrair muitas dívidas, foi obrigado a convocá-lo algumas vezes. Em 1642, ao suspeitar de uma conspiração, invadiu o Parlamento e exigiu a prisão de cinco parlamentares. A invasão foi considerada uma afronta pelo Parlamento, tendo início a Guerra Civil (1642-1649). Projete as imagens de John Pym lendo uma carta na Câmara dos Comuns e do coronel Thomas Lunsford e seus soldados atacando os londrinos. John Pym era um dos cinco parlamentares procurados por Carlos I em 1642, quando invadiu o Parlamento. Thomas Lunsford foi general das tropas fiéis a Carlos I. Em 1649, o rei foi capturado, julgado e condenado à morte. Oliver Cromwell, um dos membros do Parlamento, assumiu o governo, a monarquia foi abolida e teve início uma república. Em 1653, Cromwell fechou o Parlamento e se tornou lorde Protetor até sua morte, em 1658. Com a morte de Cromwell, seu filho assumiu o poder, mas não conseguiu se manter no posto. Com isso, a monarquia foi restaurada e o trono entregue a Carlos II, que governou por 25 anos, sempre com os poderes limitados pelo Parlamento. Com sua morte, Jaime II assume o poder e tenta restabelecer o absolutismo. Ao ser acusado de defender o catolicismo, enfrentou forte oposição do Parlamento e fugiu para a França. Com isso, o trono foi dado como vago. Um acordo entre membros do Parlamento e Guilherme de Orange coloca este no poder após ele jurar respeitar a Declaração de Direitos de 1689, considerada um marco no fim do absolutismo dos reis ingleses. A Declaração de Direitos será analisada na terceira aula desta sequência didática. Esse processo que retirou do poder Jaime II e colocou no trono Guilherme de Orange, com poderes limitados pelo Parlamento, é chamado de Revolução Gloriosa.

A Revolução Gloriosa inspirou muitos autores que deram origem a um tipo de pensamento conhecido como Iluminismo. O Iluminismo fará duras críticas ao poder absoluto dos reis, à teoria do direito divino dos reis, ao poder da religião, à censura e à ignorância. Os filósofos iluministas defenderão

1º bimestre – Sequência didática 1

que os governantes devem ser representantes do povo, eleitos pelo povo e para o povo. Defenderão também que, sempre que não satisfizerem os desejos do povo, esses governos deverão ser derrubados e substituídos por outro governo eleito. As ideias iluministas ganharão muita força no século XVIII, sobretudo na França, e serão a inspiração para a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, por exemplo. John Locke é considerado o pai do Iluminismo, e foi, ainda no século XVII, o primeiro a defender a ideia de que o governante deveria ser um representante do povo. Defendia, também, a ideia de que todo ser humano, pelo simples fato de nascer, tinha direito à vida, à liberdade e à propriedade. Na visão de Locke, os seres humanos criaram os governos para que esses direitos fossem assegurados.

Para facilitar a compreensão dos alunos, anote na lousa os nomes citados. Oriente-os a fazer anotações que os ajudem a ir se familiarizando com esses nomes e acontecimentos trabalhados.

Aula 2 – Visita virtual à Casa do Parlamento – Palácio de Westminster

Duração: cerca de 45 minutos

Local: sala de aula ou outra sala com projetor multimídia

Organização dos alunos: em fileiras

Recursos e/ou material necessário: projetor multimídia com conexão à internet, caderno, lápis, borracha e caneta, dicionário

Materiais de referência:

- Imagem externa da Casa do Parlamento, chamado também de Palácio de Westminster. Disponível em: <<https://mapadelondres.org/por-dentro-do-parlamento-do-reino-unido/>>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- Casa do Parlamento Inglês. Disponível em: <<http://www.parliament.uk/visiting/virtualtour/>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Aula expositiva: levantamento dos conhecimentos prévios (10 minutos)

Inicie a aula com um levantamento prévio dos conhecimentos dos alunos e retome as discussões da aula anterior, fazendo perguntas como: o que é o Parlamento? A rainha ou o rei da Inglaterra detêm todo o poder? Já ouviram falar no Big Ben? Essas perguntas serão respondidas durante a sequência didática. Anote palavras-chave na lousa e marcos do que foi discutido para que os temas sejam retomados na sequência didática. Oriente os alunos para que façam as anotações da aula no caderno e que questionem a qualquer momento.

Atividade: Visita virtual à Casa do Parlamento (35 minutos)

Solicite aos alunos, durante a visita virtual, que anotem no caderno as informações discutidas e os locais visitados. Eles deverão produzir um relatório de visita a ser entregue no início da aula seguinte. Nesse relatório, devem constar os principais dados dos edifícios visitados e das principais salas destes, além de uma reflexão sobre as relações entre o Iluminismo e a Revolução Inglesa.

Projete a imagem externa da Casa do Parlamento, chamada também de Palácio de Westminster. Na imagem, mostre, à direita, a torre Elizabeth, nome dado em homenagem à rainha Elizabeth II. A torre também é chamada de torre do Big Ben, na qual está o famoso relógio de Londres. Big Ben, na verdade, é o nome dado ao conjunto de sinos da torre, e não ao relógio. Ao lado esquerdo da foto, mostre a torre da rainha Vitória, que governou a Inglaterra no século XIX. Informe aos alunos que eles

1º bimestre – Sequência didática 1

farão uma visita virtual ao interior do edifício, que é a sede das duas câmaras do Parlamento do Reino Unido, a Câmara dos Comuns e a dos Lordes.

Acesse a página da visita virtual à Casa do Parlamento. Em qualquer ambiente visitado, use o *mouse* para fazer giros de 360 graus e para dar *zoom*. No canto esquerdo da apresentação, existe um menu em que você pode navegar para diferentes ambientes da Casa do Parlamento. Além disso, as setas brancas podem ser usadas para a movimentação pelas salas e pelos corredores.

Ao carregar a página, você estará no *lobby* central, local onde os membros da Câmara dos Lordes e dos Comuns se encontram. É ali também que os parlamentares se encontram com seus eleitores, daí a origem da palavra “lobista”, que, segundo o dicionário Aurélio Online, significa: “Quem faz *lobby*, exercendo controle ou influência sobre outras pessoas, especialmente em votação parlamentar, sem expressar esse controle formalmente ou sem pedir a interferência do governo”.

Utilize a barra lateral e selecione “House of Commons Chamber” (Câmara dos Comuns). A Câmara dos Comuns é composta de 650 membros, eleitos pelo povo da Grã-Bretanha (nome da ilha onde estão localizados o País de Gales, a Inglaterra e a Escócia) e da Irlanda do Norte. Desde 1963, o primeiro ministro do Reino Unido é escolhido entre os membros da Câmara dos Comuns, sendo ela, de fato, a instituição com maior poder político. Dê destaque às duas caixas que estão sobre a mesa, abaixo dos microfones, nas quais são colocados os votos “sim” e “não” que definem as decisões do Parlamento. A sala é simples se comparada à Câmara dos Lordes, que será visitada em seguida. Nela não há ouro nem cadeiras para todos os membros. Em muitas sessões, cerca de um terço dos membros da Câmara precisa ficar em pé. Em 1642, Carlos I invadiu a Câmara dos Comuns com homens armados para prender cinco de seus membros. O fato irritou os membros da Câmara e levou à Guerra Civil, que terminou com a derrota e a decapitação de Carlos I. Desde Carlos I, nenhum monarca entrou na Câmara dos Comuns. Todos os anos, o monarca da Inglaterra abre as sessões parlamentares na Casa do Parlamento, mas fica na Câmara dos Lordes. Um mensageiro do monarca sai da Câmara dos Lordes e percorre todo o corredor até a Câmara dos Comuns (o corredor está localizado na única porta da sala, dê um *zoom* para observar o corredor). Quando o mensageiro se aproxima da Câmara dos Comuns, a porta é fechada. Ele então bate três vezes à porta, que é aberta. Em seguida, entra na Câmara dos Comuns e convida os membros para a abertura das sessões parlamentares na Câmara dos Lordes. Todos seguem o mensageiro até a Câmara dos Lordes, onde o monarca inicia a sessão do Parlamento. Essa cerimônia mostra a importância e a independência da Câmara dos Comuns em relação ao poder real.

Vá para a “House of Lords Chamber” (Câmara dos Lordes). A Câmara dos Lordes é o local onde o monarca do Reino Unido, rei ou rainha, abre as sessões do Parlamento, geralmente em janeiro. Em uma das extremidades da sala, observe o trono onde o monarca se senta na abertura da sessão. Compare a sala da Câmara dos Lordes com a da Câmara dos Comuns e veja que a primeira possui muitos detalhes em ouro e assentos para todos os membros. Atualmente a Câmara dos Lordes é composta de 760 membros da nobreza e da Igreja anglicana. Os membros do clero são lordes do Parlamento enquanto ocupam cargos na Igreja, já os membros da nobreza possuem um mandato vitalício e, muitas vezes, hereditário. A porta na outra extremidade da sala dá acesso ao corredor para

1º bimestre – Sequência didática 1

a Câmara dos Comuns. Atualmente a Câmara dos Lordes só possui o poder de retardar as decisões tomadas na Câmara dos Comuns, não podendo vetá-las.

Visite o “Peer’s Corridor”, o corredor que liga a Câmara dos Comuns à Câmara dos Lordes, pelo qual o mensageiro passa na cerimônia de abertura das sessões anuais do Parlamento. Mostre as pinturas nas paredes do corredor: elas representam momentos da Guerra Civil Inglesa que culminaram na condenação e na morte do rei Carlos I. A Guerra Civil Inglesa fortaleceu o Parlamento e retirou poderes do rei, por isso está registrada em suas paredes.

Por último, visite o “Westminster Hall”. Ele é a parte mais antiga da Casa do Parlamento, construído em 1097 e, por muito tempo, considerado o maior salão da Europa. Para a construção do seu atual telhado, feita no século XIV, foram utilizados mais de 600 carvalhos. A estrutura é a mesma até hoje. Foi nesse *hall* que ocorreu o julgamento de Carlos I.

Termine a aula estimulando os alunos a conhecer, em casa, outras salas e corredores da Casa do Parlamento. Peça que terminem o relatório em casa, acrescentando observações feitas sobre os novos espaços visitados, além da reflexão proposta sobre as relações entre o Iluminismo e a Revolução Inglesa. Recolha os relatórios no início da aula seguinte, corrija-os e os devolva com comentários. Nesse relatório, espera-se que os alunos descrevam os espaços visitados durante a aula, acrescentando os visitados posteriormente, e que, na reflexão sobre o Iluminismo e a Revolução Inglesa, relacionem o questionamento do poder real e a participação mais direta do povo nas decisões políticas.

Aula 3 – Análise da Declaração de Direitos de 1689

Duração: cerca de 45 minutos

Local: sala de aula

Organização dos alunos: em duplas

Recursos e/ou material necessário: um texto com questionário impresso por dupla, disponibilizado no desenvolvimento da sequência (a imagem pode ser impressa em tamanho grande e afixada em um lugar visível para os alunos, e o texto e as questões podem ser passados na lousa para que os alunos copiem no caderno, caso não seja possível imprimi-los), folhas para respostas, dicionário, lápis, borracha e caneta.

Material de referência:

- Imagem da Declaração Inglesa de Direitos. Disponível em: <<http://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/parliamentaryauthority/revolution/collections1/collections-glorious-revolution/billofrights/>>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- Trechos da Declaração de Direitos de 1689. Texto na íntegra disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/a-declaracao-inglesa-de-direitos-1689.html>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Aula expositiva: Retomada de conteúdos e introdução à Declaração de Direitos de 1689 (10 minutos)

Retome conteúdos trabalhados nas aulas anteriores desta sequência didática. Explique que a Inglaterra do século XVII foi marcada por um processo de luta pelo poder entre monarcas e o Parlamento. Carlos I, ao desafiar o Parlamento, deu início a uma guerra civil que terminou com a captura, o julgamento e a execução dele. Quando Jaime II fugiu para a França, por medo das tropas

1º bimestre – Sequência didática 1

fiéis ao Parlamento, o trono da Inglaterra foi considerado vago e, após assinar a Declaração de Direitos de 1689, Guilherme de Orange foi coroado rei.

A Declaração de Direitos é considerada um marco para a democracia, sendo o primeiro documento a garantir a participação popular nas decisões do país por meio da eleição de representantes, limitando o poder do rei. Esse documento também é considerado a pedra fundamental do atual sistema jurídico do Reino Unido. Projete a imagem da Declaração de Direitos de 1689. Escrita em um pergaminho, a declaração encontra-se atualmente guardada no arquivo do Parlamento inglês.

Atividade: Leitura e interpretação da Declaração de Direitos de 1689 (35 minutos)**Trechos da Declaração de Direitos de 1689.**

E considerando que, tendo o dito falecido Rei Jaime II abdicado do governo e estando vago, portanto, o trono, sua Alteza o príncipe de Orange (que aprouve a Deus Todo-Poderoso ser o instrumento glorioso de libertação deste reino do papismo e do poder arbitrário) ordenou (a conselho dos lordes espirituais e temporais, e de diversas pessoas principais dos Comuns) que fossem escritas cartas aos lordes espirituais e temporais, que fossem protestantes; e outras cartas para vários condados, cidades, universidades, burgos, e aos cinco portos, para que escolhessem essas pessoas para representá-los, com direito a serem enviadas ao Parlamento, para reunirem-se e sentarem em Westminster no segundo e vigésimo dia de janeiro, neste ano de mil, seiscentos e sessenta e oito, a fim de que, com tal procedimento, suas religiões, leis e liberdades não estivessem ameaçadas de subversão; e com base em tais cartas, eleições foram devidamente realizadas.

E portanto os ditos lordes espirituais e temporais, e os comuns, respeitando suas respectivas cartas e eleições, estando agora reunidos como plenos e livres representantes desta nação, considerando mui seriamente os melhores meios de atingir os fins acima ditos, declaram, em primeiro lugar (como seus antepassados fizeram comumente em caso semelhante), para reivindicar e garantir seus antigos direitos e liberdades:

1. Que é ilegal o pretendido poder de suspender leis, ou a execução de leis, pela autoridade real, sem o consentimento do Parlamento.
2. Que é ilegal o pretendido poder de revogar leis, ou a execução de leis, por autoridade real, como foi assumido e praticado em tempos passados.
3. Que a comissão para criar o recente Tribunal de comissários para as causas eclesiásticas, e todas as outras comissões e tribunais de igual natureza, são ilegais e perniciosos.
4. Que é ilegal a arrecadação de dinheiro para uso da Coroa, sob pretexto de prerrogativa, sem autorização do Parlamento, por um período de tempo maior, ou de maneira diferente daquela como é feita ou outorgada.

1º bimestre – Sequência didática 1

5. Que constitui um direito dos súditos apresentarem petições ao Rei, sendo ilegais todas as prisões ou acusações por motivo de tais petições.

6. Que levantar e manter um exército permanente dentro do reino em tempo de paz é contra a lei, salvo com permissão do Parlamento.

7. Que os súditos que são protestantes possam ter armas para sua defesa adequadas a suas condições, e permitidas por lei.

8. Que devem ser livres as eleições dos membros do Parlamento.

9. Que a liberdade de expressão, e debates ou procedimentos no Parlamento, não devem ser impedidos ou questionados por qualquer tribunal ou local fora do Parlamento.

10. Que não deve ser exigida fiança excessiva, nem impostas multas excessivas; tampouco infligidas punições cruéis e incomuns.

11. Que os jurados devem ser devidamente convocados e nomeados, e devem ser donos de propriedade livre e alodial os jurados que decidem sobre as pessoas em julgamentos de alta traição.

12. Que são ilegais e nulas todas as concessões e promessas de multas e confiscos de pessoas particulares antes de condenação.

13. E que os Parlamntos devem reunir-se com freqüência para reparar todos os agravos, e para corrigir, reforçar e preservar as leis.

E reclamam, pedem e insistem que todas essas premissas constituem seus direitos e liberdades inquestionáveis; e que nenhuma declaração, julgamentos, atos ou procedimentos, para prejuízo do povo em alguma das ditas premissas, devem ser, de alguma maneira, tomadas no futuro como precedente ou exemplo.

A essa demanda de seus direitos são particularmente encorajados pela declaração de sua Alteza o príncipe de Orange, como sendo o único meio de obter plena reparação e correção nessa questão. Confiando, portanto, plenamente que sua dita Alteza o príncipe de Orange aperfeiçoará a libertação até agora promovida por ele, e continuará preservando-os da violação de seus direitos, que foram aqui afirmados, e de todos os outros atentados contra sua religião, seus direitos e suas liberdades...”

Questionário a ser passado aos alunos para que respondam em duplas.

1. A Revolução Gloriosa foi muito marcada pelo conflito entre protestantes e católicos (papistas). A Declaração de Direitos de 1689 é um documento católico ou protestante? Use trechos da declaração para corroborar a visão da dupla.
2. O que as duas primeiras leis da declaração representam na prática?

1º bimestre – Sequência didática 1

3. Antes da Revolução Gloriosa e da Declaração de Direitos de 1689, os monarcas ingleses aumentavam os impostos conforme sua vontade. A partir da Revolução e da Declaração, isso mudou. Copie a lei que mostra essa mudança.
4. Segundo a Declaração de Direitos, o rei poderia interferir nos debates que ocorriam dentro do Parlamento? Justifique sua resposta.
5. Qualquer pessoa poderia ser jurado de crime de alta traição? Quais eram as condições para a pessoa ser um jurado?
6. Antes da Declaração de Direitos, os reis ingleses formavam seus exércitos de acordo com suas necessidades. Como isso mudou após a Declaração?

Respostas esperadas

1. A Declaração de Direitos de 1689 é um documento protestante. Dois trechos da declaração deixam explícita essa inclinação: “príncipe de Orange (que aprova a Deus Todo-Poderoso ser o instrumento glorioso de libertação deste reino do papismo e do poder arbitrário)” e “Que os súditos que são protestantes possam ter armas para sua defesa adequadas a suas condições, e permitidas por lei”.
2. As duas primeiras leis da declaração retiram, de fato, o poder político das mãos do monarca e passam o poder para o Parlamento. O rei não tem mais autoridade para derrubar leis elaboradas no Parlamento.
3. “4. Que é ilegal a arrecadação de dinheiro para uso da Coroa, sob pretexto de prerrogativa, sem autorização do Parlamento, por um período de tempo maior, ou de maneira diferente daquela como é feita ou outorgada”.
4. Não, a declaração afirma que “a liberdade de expressão, e debates ou procedimentos no Parlamento, não devem ser impedidos ou questionados por qualquer tribunal ou local fora do Parlamento”, ou seja, o rei não poderia fazer nada em relação aos debates internos do Parlamento.
5. Não, existe uma condição na declaração de que os jurados “devem ser donos de propriedade livre e alodial”, ou seja, devem ter propriedade que não esteja ligada ao rei.
6. Após a declaração, o rei só poderá convocar e manter o exército com autorização do Parlamento.

Durante leitura e resolução do questionário, passe pelas duplas e esclareça as dúvidas, ajudando os alunos na interpretação e na resolução do questionário. Comente com as duplas que a declaração retirou poderes políticos, econômicos, religiosos e militares do rei. No final da aula, recolha as folhas de respostas, corrija-as e as devolva na próxima aula com comentários.

Aferição do objetivo de aprendizagem

A avaliação do processo de aprendizagem pode ser realizada por meio das atividades propostas nesta sequência didática e deve considerar o desenvolvimento individual de cada aluno. Observe a participação de cada um, principalmente na resolução do questionário e no relatório de visita à Casa do Parlamento.

1º bimestre – Sequência didática 1

Em um primeiro momento, espera-se que os alunos sejam capazes de compreender o processo que levou à Revolução Gloriosa de 1688 e que esta marca a passagem do poder das mãos do rei para o Parlamento. Em um segundo momento, espera-se que os alunos compreendam que a Declaração de Direitos de 1689 foi resultado da vitória do Parlamento sobre o rei, e que é um dos documentos fundamentais para a democracia atual.

Questões para auxiliar na aferição

1. Associe a coluna da esquerda com a coluna da direita.

Carlos I	• Rei que fugiu para a França e que perdeu o trono para Guilherme de Orange.
Oliver Cromwell	• Assumiu o trono, mas, antes, assinou a Declaração de Direitos de 1689, dando muitos poderes ao Parlamento.
Jaime II	• Rei que invadiu o Parlamento e foi derrotado na Guerra Civil Inglesa. Foi decapitado.
Guilherme de Orange	• Rei que é considerado um dos maiores símbolos do absolutismo inglês.
Henrique VIII	• Parlamentar que assumiu o poder após o fim da Guerra Civil Inglesa e se tornou lorde Protetor.

2. Sobre a Declaração de Direitos de 1689, é correto afirmar:

- a)** Foi uma declaração que deu mais poderes ao rei Henrique VIII.
- b)** É um dos primeiros documentos a afirmar que o povo deveria participar das decisões do país por meio da escolha de representantes.
- c)** Foi assinada por Jaime II, que se submeteu à vontade do Parlamento, perdendo o poder e aceitando o catolicismo como religião oficial.
- d)** Foi assinada por Carlos I após o fim da Guerra Civil Inglesa.

Gabarito das questões

- 1.** Correspondência correta: Carlos I – Rei que invadiu o Parlamento e foi derrotado na Guerra Civil Inglesa. Foi decapitado. Oliver Cromwell – Parlamentar que assumiu o poder após o fim da Guerra Civil Inglesa e se tornou lorde Protetor. Jaime II – Rei que fugiu para a França e que perdeu o trono para Guilherme de Orange. Guilherme de Orange – Assumiu o trono, mas, antes, assinou a Declaração de Direitos de 1689, dando muitos poderes ao Parlamento. Henrique VIII – Rei que é considerado um dos maiores símbolos do absolutismo inglês.
- 2.** Alternativa correta: b.